

Editorial

A Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins traz boas novas em sua edição n.º 18.

A primeira delas refere-se à criação da Escola Superior do Ministério junto ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. Doravante passou-se a utilizar a sigla CESAF-ESMP nos documentos e publicações do órgão.

A Lei Complementar Estadual n.º 127/2020 alterou a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, em relação à Escola Superior do Ministério Público, ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e à sua estruturação.

Esse pleito iniciado pelas coordenações e equipe técnica do CESAF, com o apoio perseverante da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins – MPTO, foi coroado após a tramitação legal com os esforços para elaboração de Regimento Interno da Escola de Governo, de Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O CESAF-ESMP é um órgão que se faz cada vez mais presente no cotidiano do MPTO, com o objetivo de promover a formação, a qualificação e o aprimoramento acadêmico, científico e profissional dos seus membros, servidores e demais auxiliares, a defesa dos direitos e garantias fundamentais e a racionalização dos recursos materiais.

A segunda boa nova está associada ao papel estratégico que a Revista Jurídica do Ministério Público passa a ter para a escola nessa sua proposta de focalizar a produção e difusão do conhecimento científico e acadêmico.

A Revista Jurídica iniciou sua trajetória com a publicação de textos que traziam reflexões pontuais sobre experiências ou tópicos específicos comentados pelos integrantes da instituição.

Com o tempo, ela deu passos para reestruturação com ampliação de integrantes externos em seu conselho editorial e abriu-se para as temáticas científicas acadêmicas da área jurídica em interface com mais campos dos saberes, tendo como esteio a atuação do Ministério Público.

A Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins busca consolidar-se por meio de um formato eletrônico, nesses tempos de tecnologias digitais e reaprendizagem dos leitores no acesso e uso de publicações não mais impressas e físicas.

O escopo da Revista Jurídica está direcionado para a publicação de textos dos integrantes do Ministério Público, profissionais e pesquisadores convidados externos, visando o compartilhamento de aspectos teóricos e metodológicos das vivências profissionais, dos conhecimentos de cunho filosófico, sociológico, antropológico e demais áreas interfaceadas com o direito e o Ministério Público.

Nossa Revista Jurídica estimula, também, os membros e servidores da instituição, matriculados nos programas de pós-graduação, na publicação de seus textos produzidos com o intuito de obter status de produção acadêmica junto aos órgãos e plataformas de pesquisa no Brasil.

Nessa 18a. edição da Revista Jurídica primou-se em apresentar diferentes temáticas afetas à atuação do Ministério Público. Nas páginas da Revista, o leitor terá a oportunidade de estabelecer contato com distintas reflexões e posicionamentos adotados pelos autores.

Dessa maneira, a Revista é dividida em dois blocos de artigos, embora dispostos pela ordem de chamada no sumário de acordo com a classificação alfabética dos autores.

O primeiro bloco ateu-se à problemática da pandemia da Covid-19.

Os autores Benedicto de Oliveira Guedes Neto e Rogério Rodrigo Ferreira Mota discutiram, no artigo intitulado “Os riscos ao Estado Democrático de Direito causados pela pandemia – Covid-19”, a situação de emergência nacional e os atos normativos dos entes federados que violam regras de competência previstas na Constituição Federal.

Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira e Regis Orofino da Silva Zago de Oliveira abordaram em texto “A impunidade da violência doméstica em tempos de pandemia da Covid-19 em razão da prescrição”, propondo uma análise do fenômeno e alertando para os riscos de incidência de prescrição.

Por sua vez, Geraldo da Silva Gomes contribuiu com um ensaio a respeito da “Aprendizagem em dias de pandemia: das lições do *home*

office e alternativa para gestão e disseminação do conhecimento”. O texto traz, numa ótica interdisciplinar, reflexões sobre a utilização das tecnologias, de forma mais intensa, nas rotinas do denominado teletrabalho e do movimento que todos nós tornamos “sujeitos aprendentes” a partir da mediação tecnológica digital.

No campo da saúde, Bianca Santos Nascimento e Wellington Gomes Miranda questionam sobre as práticas de sua efetivação enquanto direito no artigo “Natjus: meio de fomento para desjudicialização das demandas de assistência à saúde no Estado do Tocantins”.

O outro bloco de artigos traz assuntos distintos, salientando aspectos filosóficos, políticos e jurídicos relevantes.

No prisma filosófico político, Célem Guimarães Guerra Júnior suscita a reflexão, de forma especial para esse período de eleições, sobre o “Abuso do poder religioso nas eleições em tempos de desrazão: do sofismo a um necessário repensar ético”.

Laryssa Santos Machado Filgueira Paes trabalhou de forma ensaística, contributiva ao debate acadêmico, o constitucionalismo brasileiro no texto “Ensaio sobre a Constituição da República de 1988 e de sua Assembleia Nacional Constituinte”.

No texto “A tutela penal na ordem tributária: desafios para eficaz defesa da coletividade”, Juan Rodrigo Carneiro Aguirre aborda a relevância do Direito Penal para a proteção de bens jurídicos, como a defesa da ordem tributária, invocando a necessidade de atuação interinstitucional para combater práticas de sonegação de tributos e defender os direitos da coletividade.

Ainda na seara penal, Pedro Evandro de Vicente Rufato reforça a importância do Ministério Público no artigo “Os instrumentos processuais penais de consenso e o acordo de não persecução penal”.

Como convidado externo, Diego Palacios Moreno contribui para que o leitor da Revista Jurídica possa ampliar seus conhecimentos nas ordenações jurídicas existentes no espaço latino-americano com o texto “La prueba indiciaria em Código Integral Penal Ecuatoriano”.

A Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins está aberta para que os integrantes da Instituição e convidados externos possam participar com artigos e fortalecer uma cultura de base

científica, humanista e jurídica, divulgando o conhecimento construído a partir das reflexões e práticas cotidianas.

Espero que os trabalhos apresentados colaborem como ferramenta de pesquisa e aporte aos operadores de direito e à comunidade acadêmica tocantinense. Rendo homenagens e agradecimentos a todos os integrantes do CESAFA-ESMP e aos ilustres colaboradores pelo valioso trabalho desenvolvido nesta primorosa edição.

Atenciosamente,

Ana Paula Reigota Ferreira Catini

Procuradora de Justiça

Diretora-Geral do Cesaaf-ESMP